

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE
E
O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE*

O Governo da República de Cabo Verde

e

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, adiante designados
“Os Participantes”

TENDO EM CONSIDERAÇÃO A natureza complexa do problema do tráfico ilícito por via marítima que constitui uma grave ameaça a autoridade do Estado e a segurança dos espaços marítimos sob jurisdição de Cabo Verde, assim como para a segurança internacional;

EM RELAÇÃO À urgente necessidade de cooperação internacional no combate ao tráfico ilícito por mar de acordo com o Artigo 108 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, 1982), a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena);

EVOCANDO a reunião do Conselho de Ministros do dia 19 de Novembro de 2007 que, entre outras coisas, reconheceu a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia e sublinhou como um dos seus cinco pilares o sector da segurança e estabilidade, com especial ênfase na cooperação na luta contra o tráfico ilícito.

COM O DESEJO DE promover uma maior cooperação entre os Participantes no combate ao tráfico ilícito por via marítima;

Os Participantes chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1º OBJECTO

O presente Memorando de Entendimento estabelece condições para a realização de operações de vigilância e patrulha conjunta e de embarque de Destacamentos das Forças de Autoridades Cabo-verdianas (CV LEDET), constituídos por pessoal da Guarda Costeira de Cabo Verde e Polícia Judiciária (CVCG e CVPJ), em quaisquer navios da *Royal Navy* (RN) e *Royal Fleet Auxiliary* (RFA) em operações de combate ao narcotráfico ilícito em águas internacionais do oceano Atlântico e espaços marítimos sob soberania e jurisdição da República de Cabo Verde. Os Participantes manterão uma ligação estreita com o *Maritime Analysis and Operations Centre – Narcotics* (MAOC-N), sediado em Lisboa, Portugal e com outras organizações quando apropriado.

Artigo 2º RESPONSABILIDADES

1. Ao CV LEDET serão facultados poderes e capacidades necessárias para levar a cabo operações de abordagem a embarcações suspeitas de participação em tráfico ilícito de narcóticos por mar, de acordo com a Lei Internacional do Mar e a Convenção de Viena, de 1988. O CV LEDET será responsável por:

- a. Embarque de Destacamentos em navios da RN ou RFA para realizar operações de combate ao tráfico ilícito de droga;.

- b. Detenção, controlo, segurança e bem-estar de prisioneiros e detidos. O CV LEDET assegurará, ainda, a preservação e continuidade de elementos de prova de acordo com os requisitos legais de Cabo Verde para qualquer investigação e acção judicial subsequentes;
 - c. Adopção de medidas necessárias de segurança, em relação a armas que deverão ser usadas de forma a minimizar riscos. Enquanto embarcados nos navios da RN e RFA as armas permanecerão descarregadas e colocadas num local seguro, excepto quando são responsáveis por prisioneiros ou detidos, ou sob autorização expressa do *Commanding Officer* do navio.
2. A RN será responsável por:
- a. Fornecer apoio operacional, administrativo e logístico ao CV LEDET embarcado.
 - b. Fornecer espaço para a detenção adequada de prisioneiros e detidos, e garantir o armazenamento em segurança de provas, caso o CV LEDET considere que a embarcação suspeita não é adequada para este propósito.
 - c. Requisitar a ajuda e assistência de outras entidades britânicas que ambas as partes considerem apropriadas, bem como, quaisquer outros pedidos que poderão ser efectuados por pessoal nomeado.
 - d. Assegurar a atribuição de barcos salva-vidas/barcos de salvamento, Mecanismo Activado a Partir de Ponte (*Man Overboard*) e *Actions Stations* ao pessoal CV LEDET embarcado de acordo com a sua *Watch and Station Bill*.
 - e. Assegurar que seja distribuído ao pessoal CV LEDET embarcado o mesmo equipamento de segurança no mar que é distribuído ao pessoal da RN e RFA.
 - f. Fazer um briefing completo sobre a segurança do navio ao pessoal CV LEDET aquando do embarque.
3. Durante todo o período da operação o *Commanding Officer* da unidade da RN ou RFA será responsável pela segurança de todo o pessoal e equipamento a bordo da unidade RN ou RFA.
4. Quando forem encontradas drogas ilícitas durante o curso de uma operação de embarque, a unidade RN ou RFA poderá, a pedido do CV LEDET, dar assistência no regresso a águas territoriais Cabo-verdianas das embarcações envolvidas no tráfico, pessoal e carga em apoio ao CV LEDET.
5. Os Participantes confirmam que os detidos ao abrigo deste Entendimento serão tratados de forma humana e de acordo com as obrigações internacionais dos direitos humanos, incluindo a proibição contra a tortura e tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, a proibição contra a detenção arbitrária e de acordo com o requisito do direito a um julgamento justo.

Artigo 3º JURISDIÇÃO

1. Os botes infláveis de casco rígido (RHIB¹) e as aeronaves da RN e RFA usados em apoio às abordagens do CV LEDET arvorarão, durante esse período, a bandeira de Cabo Verde.
2. A Legislação cabo-verdiana será aplicada a todas as acções policiais levadas a cabo nas operações de abordagem CV LEDET. Qualquer operação de abordagem do CV LEDET é dado como iniciado assim que o CV LEDET parta de um navio da RN ou RFA em direcção a uma embarcação suspeita. A missão de abordagem terminará quando o CV LEDET re-embarcar num navio da RN ou RFA. O pessoal da RN e RFA manter-se-á sujeito à lei Britânica durante todo o período de tempo.

Artigo 4º OPERAÇÕES DE ABORDAGEM

1. Os Membros do pessoal da RN envolvidos numa operação de abordagem sob o Memorando de Entendimento actuarão apenas como assistentes técnicos da tripulação do CV LEDET, que levará a cabo qualquer acção policial que seja necessária.
2. O pessoal da RN não poderá levar a cabo operações de abordagem. O pessoal da RN está autorizado a tripular uma embarcação ou helicóptero na transferência de membros do CV LEDET durante uma operação de abordagem.
3. Salvo aprovação das autoridades britânicas e autorização de autoridades cabo-verdianas competentes, o pessoal da RFA não poderá levar a cabo operações de abordagem nas águas sob jurisdição de Cabo Verde e está expressamente proibido pelas *UK Rules of Engagement* (ROE) de fazer parte da tripulação de embarcações de apoio às abordagens CV LEDET. Por conseguinte, o CV LEDET deverá providenciar uma tripulação para operar a embarcação tipo RHIB da RFA.
4. Para cada operação de abordagem, os navios da RN e RFA terão prontos, para uso imediato, uma equipa experiente de salvamento e assistência para prestar apoio ao CV LEDET na eventualidade de uma embarcação suspeita se encontrar em situação de perigo ou com problemas. A tripulação da RN e RFA poderá prestar assistência, se necessário, incluindo embarcar num barco, mas não poderá participar na acção policial. Em todos os casos, a segurança dos indivíduos envolvidos terá precedência sobre o material recuperado e a recolha de provas.
5. O pessoal da RN e RFA que permanece a bordo de navios ou aeronaves da RN e RFA poderá ser destacado para dar assistência à equipa CV LEDET relativamente à documentação de embarques de barcos suspeitos. Isto deverá incluir filmar ou fotografar a sequência de eventos dentro do (alcance) possível.
6. Se os elementos cabo-verdianos disponíveis forem insuficientes, membros da tripulação da RN e RFA poderão ser solicitados para dar assistência durante as actividades posteriores à captura, sujeitos a aprovação do *Commanding Officer* do navio da RN ou RFA. Tal assistência deverá incluir o seguinte:
 - a. Pessoal da RN destacado para assistir na guarda de prisioneiros ou embarcações apreendidas. O pessoal da RFA não está autorizado a prestar este tipo de assistência. No entanto, tanto o pessoal da RN como da RFA poderá ser destacado para prestar assistência como tripulação de vigilância numa embarcação apreendida. Em todos os casos, o controlo efectivo da embarcação apreendida, dos prisioneiros e das provas deve permanecer sob responsabilidade do CV LEDET.

¹ Rigid Hull Inflatable Boats

- b. Navios da RN e RFA que fornecem pessoal de reparação para levar a cabo manutenção correctiva numa embarcação apreendida.
 - c. Se o CV LEDET não tiver um tradutor, poderá ser solicitado à RN ou RFA que providenciem um, se disponível, para dar assistência ao CV LEDET nas comunicações via rádio com a embarcação visada e/ou suspeita.
7. Recairá sempre sobre os *Commanding Officers* dos navios da RN e RFA a responsabilidade pela segurança de todo o pessoal e equipamento britânico e cabo-verdiano.

Artigo 5º REGRAS DE ENGAJAMENTO (RE)

1. O pessoal CV LEDET não está autorizado a usar da força a bordo de navios britânicos ou durante o curso de qualquer operação de embarque, excepto aquela considerada necessária no âmbito da auto-defesa e guarda dos prisioneiros. A força letal só é permitida quando for considerada o mínimo necessário para impedir uma ameaça iminente à vida.
2. O pessoal, navios e aeronaves da RN e RFA reger-se-ão segundo as ROE britânicas.
3. O pessoal CV LEDET, enquanto se encontrar a bordo de navios e aeronaves da RN e RFA, estará sujeitos às ROE britânicas.
4. Navios e aeronaves da RN e RFA, bem como membros do CV LEDET, terão sempre o direito intrínseco à auto-defesa.

Artigo 6º PEDIDOS DE INDEMNIZAÇÃO

1. Cada Participante lidará e resolverá, a seu próprio encargo, quaisquer pedidos de indemnização a terceiros, resultantes de actos ou omissões de qualquer funcionário ou agente do Governo que resulte em morte, perda ou danos durante o curso de funções oficiais ligadas a este Memorando de Entendimento.
2. Cada Participante renuncia a qualquer pedido de indemnização ao outro Participante ou funcionários, funcionários civis ou agentes do outro Participante, por lesões (incluindo lesões que resultem em morte) sofridos pelo seu pessoal, funcionários ou agentes, ou por danos ou perda de propriedade, se tais lesões, morte, danos ou perdas forem causadas por actos ou omissões, de forma não intencional do outro Participante ou qualquer membro seu das forças armadas, funcionários ou agentes desse outro Participante no âmbito de funções oficiais ligadas a este Memorando de Entendimento.

Artigo 7º DIREITOS DOS PARTICIPANTES

Nada neste Memorando de Entendimento lesa as posições dos Participantes no que diz respeito ao Direito Internacional do Mar.

Artigo 8º CLÁUSULAS FINAIS

1. Este Memorando de Entendimento entrará em vigor depois de assinado por ambas as Partes. Poderá ser rescindido por qualquer um dos Participantes mediante aviso prévio escrito de 6 meses à outra parte.
2. Cada Participante pode, a qualquer altura, propor uma correcção a este Memorando de Entendimento, fornecendo o texto proposto ao outro Participante. Qualquer correcção acordada pelos Participantes terá efeito depois da troca de cartas ou de outra forma desde que decidida pelos Participantes.
3. O texto precedente representa entendimentos obtidos entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Assinado, em duplicado, em Português e Inglês, ambos os textos tendo a mesma validade, no dia 19 de Junho de 2009

Assinado,
Cristina Fontes Lima
Em nome de Cabo Verde
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Assinado,
Christoph Trott
Em nome do Reino Unido
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
de Sua Majestade na República de Cabo Verde

* *Aprovado para ratificação pela Resolução nº 119/VII/2010 de 1 de Março e publicado no Boletim Oficial I Série Número 8 de 1 de Março de 2010*